

Proposição e Teste de uma Escala de Percepção da Transparência de Organizações Públicas

Autoria

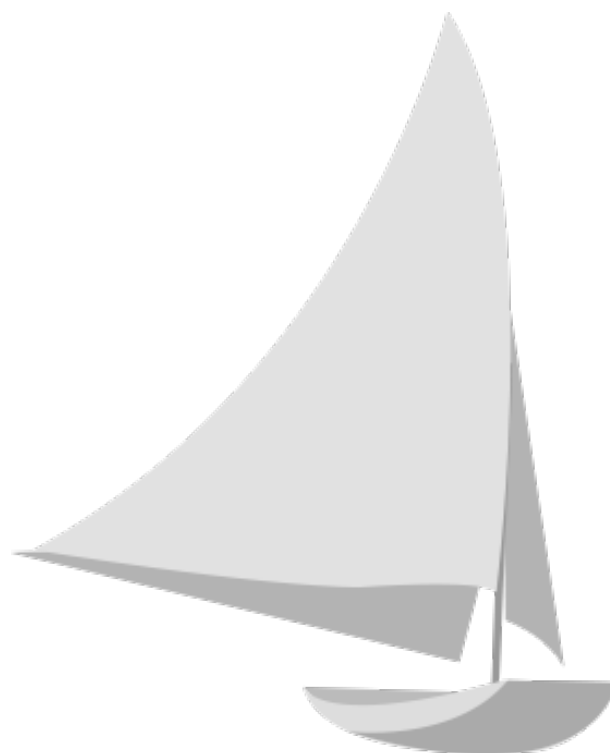
FRANCISCO ITALO LOPES FRANCA - franciscoilf@gmail.com

Marina Figueiredo Moreira - marinamoreira.adm@gmail.com

PPGA UnB

Resumo

Este estudo adapta e revalida uma escala de medida para a percepção da transparência de organizações públicas. Desenvolve-se pesquisa quantitativa a partir da tradução, adaptação, validação semântica utilizando-se o Coeficiente de Validade de Conteúdo, aplicação a indivíduos de uma organização brasileira e validação estatística utilizando os 320 casos válidos por meio de Análise Fatorial Exploratória e Confirmatória. Apresenta-se uma escala de percepção da transparência de organizações públicas validada ao contexto da administração pública brasileira contendo 39 itens distribuídos em oito fatores: competência; integridade; benevolência; transparência; participação; informação substancial; responsabilização e segredo, sendo este último um fator inverso.





Proposição e Teste de uma Escala de Percepção da Transparência de Organizações Públicas

Resumo

Este estudo adapta e revalida uma escala de medida para a percepção da transparência de organizações públicas. Desenvolve-se pesquisa quantitativa a partir da tradução, adaptação, validação semântica utilizando-se o Coeficiente de Validade de Conteúdo, aplicação a indivíduos de uma organização brasileira e validação estatística utilizando os 320 casos válidos por meio de Análise Fatorial Exploratória e Confirmatória. Apresenta-se uma escala de percepção da transparência de organizações públicas validada ao contexto da administração pública brasileira contendo 39 itens distribuídos em oito fatores: competência; integridade; benevolência; transparência; participação; informação substancial; responsabilização e segredo, sendo este último um fator inverso.

Palavras-chave: transparência organizacional; confiança; adaptação de escala; validação de escala

1 Introdução

O estado da arte para a Administração Pública envolve a discussão sobre a transparência, seus limites e formas de mensuração (Cucciniello, Porumbescu, & Grimmelikhuisen, 2017; Marino, Sucupira, Siqueira, & Bermejo, 2017). Neste sentido, relações públicas, políticas públicas, finanças e ciência política admitem a transparência como positiva para as relações organizacionais, admitindo que estimula a confiança. Ao mesmo tempo em que a promoção da transparência é encorajada para as organizações públicas, o desenvolvimento de ferramentas úteis para sua mensuração e evolução se configura como desafio internacional (Schnackenberg & Tomlinson, 2016). Apresenta-se, assim, o desafio ao qual se dedica este estudo: desenvolver e validar uma escala de medida para a percepção de transparência adequada ao contexto das organizações públicas brasileiras.

A transparência é comumente tratada como um conceito valioso, em alguns contextos tornando-se um mito (Christensen & Cornelissen, 2015), um símbolo de poder (Meijer, 2009) ou um sinônimo de ética (Piotrowski, 2014). A transparência é geralmente admitida como um meio poderoso para alcançar um objetivo social desejável, e neste contexto, os resultados esperados variam desde o aumento de visibilidade e eficiência até o aumento da responsabilidade, participação e confiança (Florini, 1998; Hansen, Christensen, & Flyverbom, 2015; Licht, Naurin, Esaiasson, & Gilljam, 2014; Relly & Sabharwal, 2009). A transparência das organizações públicas tem sido reconhecida como a solução para diversos problemas sob a perspectiva metafórica de que a luz do sol é o melhor desinfetante (Etzioni, 2010).

A transparência é um símbolo poderoso da democracia e conduz à melhor aceitação de decisões de agentes governamentais, além de promover valores como a confiança e legitimação (Licht, 2014), visto que o fornecimento de informações objetivas pode aumentar a confiança no governo (Albu & Flyverbom, 2016). Assim, o encorajamento à transparência organizacional tornou um símbolo de autoridade cultural e moral, enquanto restam ao segredo as conotações negativas e, neste sentido, qualquer resistência à transparência por parte do Estado é automaticamente associada a culpa (Birchall, 2011).

No Brasil, a pesquisa sobre transparência pública está concentrada em estudos que avaliam este construto em nível de governos locais (Marino et al., 2017). Este fato demonstra a necessidade de avanço nas pesquisas nacionais que abordem a transparência sob a perspectiva das organizações. Além disso, as pesquisas ainda não avançaram a ponto de



encontrar um instrumento que seja “amplamente aceito” (Williams, 2015, p. 808). Portanto, surge a questão: como mensurar a percepção de transparência de uma organização pública a partir da perspectiva dos colaboradores internos desta organização? Para este estudo, elege-se como unidade de análise uma autarquia do governo federal do setor da educação. No intuito de responder a esta questão, esta pesquisa avança na seleção, tradução, adaptação, validação semântica, aplicação e validação estatística de uma escala de medida oriunda da literatura internacional.

2 Transparência e Confiança

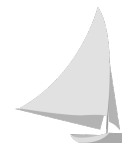
A interação entre transparência e confiança foi estudada sob diversas perspectivas, o que demonstra o reconhecimento da relação entre estes dois construtos, visto que a transparência aumenta significativamente a confiança nas organizações (Park & Blenkinsopp, 2011) e em seus líderes (Norman, Avolio, & Luthans, 2010). A transparência é um antecedente da confiança dos *stakeholders* organizacionais (Schnackenberg & Tomlinson, 2016) e uma condição crucial para a reconstrução da confiança na organização (Jahansoozi, 2006). Assim, internacionalmente, já se reconhece que os construtos da transparência e da confiança são interdependentes, premissa teórica que se observa neste trabalho.

A transparência é percebida como uma das principais condições para o estabelecimento de relações de confiança entre *stakeholders* e organizações, por meio de estratégias de comunicação e divulgação que demonstrem responsabilidade social da organização (Kang & Hustvedt, 2014). Maiores interações entre os cidadãos e o governo por meio das mídias sociais, por exemplo, são formas de aumentar a confiança e a percepção dos cidadãos sobre a transparência governamental (Song & Lee, 2016).

Mais transparência aumenta o conhecimento do cidadão sobre as organizações, no entanto, não aumenta automaticamente os níveis de confiança nas organizações, visto que é necessário que existam muitas informações de qualidade divulgadas para que haja efeito na confiança (Grimmelikhuisen, 2009). A menos que a transparência seja percebida como um comportamento que faça a diferença, é possível que implantar a transparência produza mais efeitos negativos que contribuições (Heald, 2006, p. 36).

O incremento do fluxo de informações para a cidadania possibilita aos cidadãos melhorar o nível de controle sobre seus governantes (Hollyer, Rosendorff, & Vreeland, 2014), no entanto, mais divulgação não significa necessariamente melhoria no desempenho do governo, por outro lado, a divulgação pode fragilizar o governo e as instituições ou pode pressupor efeitos maiores que os observados (Cucciniello, Bellè, Nasi, & Valotti, 2014). Além disso, a transparência pode ser percebida com um obstáculo à efetiva governança devido aos efeitos negativos do monitoramento intensivo resultante (Douglas & Meijer, 2016).

A transparência já foi discutida sob diversas perspectivas e temas, no entanto, esta discussão ainda não alcançou consenso entre os estudiosos (Grimmelikhuisen, 2010; Hansen et al., 2015; Michener & Bersch, 2013; Park & Blenkinsopp, 2011). Apesar da relação entre transparência e confiança ser identificada em diversos estudos, ainda existem lacunas neste campo de pesquisa, pois ainda não há consenso acerca do significado da qualidade da informação, sobre os efeitos da transparência na relação entre organização e seus *stakeholders*, e sobre os mecanismos que influenciam na percepção de transparência (Schnackenberg & Tomlinson, 2016).



3 Métodos

Para buscar escalas de medida úteis aos propósitos desta pesquisa, desenvolveu-se revisão de literatura exaustiva sobre as escalas de mensuração da transparência. Foram pesquisados os termos *transparency dimensions*, *transparency scale*, *transparency index*, *transparency perception* e *transparency measure* nas bases de periódicos CAPES, ProQuest, Science Direct, Web of Science e Spell, sendo pesquisados os termos em Português nesta última. A pesquisa abrangeu publicações entre 2007 e 2018, sendo selecionados 50 artigos para a leitura e análise. A título de ampliação da abrangência da pesquisa, também foram selecionados os artigos mais relevantes referenciados nos trabalhos inicialmente selecionados.

Considerando os resultados desta busca, no contexto brasileiro, caracteriza-se como lacuna a inexistência de uma escala que avalie a transparência das organizações públicas pela perspectiva de seus colaboradores internos. Para o alcance de uma escala que atenda a este propósito, desenvolveu-se a tradução, adaptação semântica, aplicação e validação estatística da escala de mensuração de transparência originalmente proposta por Rawlins (2008b), na qual os construtos da transparência e confiança foram medidos juntos, conforme o modelo teórico apresentado na **Figura 1**. Seguindo as evidências empíricas, o modelo original (Rawlins, 2008) aponta que a transparência explica 56% do fenômeno da confiança.

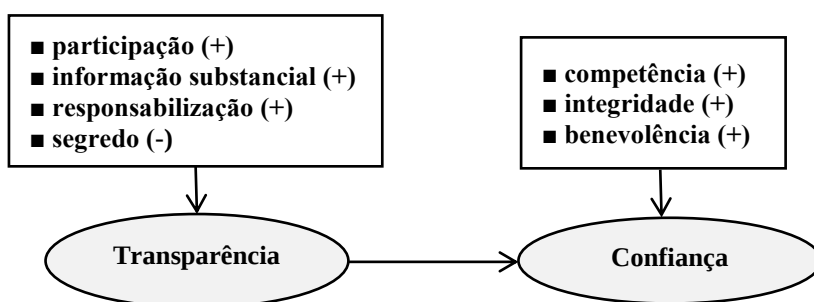


Figura 1. Modelo Conceitual de Transparência e Confiança

Fonte: Adaptado de Rawlins (2008b).

Para a tradução, os itens da escala original foram traduzidos buscando adequá-los ao contexto organizacional e à diversidade do público alvo da pesquisa (Pasquali, 1999, p. 181–182). Optou-se por realizar a tradução e adaptação da escala por entender que se tratava de alternativa pertinente para o presente estudo, uma vez que trata-se de “um instrumento de qualidade e que atende aos objetivos e pesquisa e às especificidades do público alvo e do contexto ao qual ele se destina” (Borsa & Seize, 2018, p. 19). Após sua tradução, a escala foi avaliada semanticamente por especialistas e oito juízes doutores no intuito de verificar a compreensão dos itens aos indivíduos da população a que se destina o instrumento.

Para realizar a validação semântica dos itens, foi adotado o Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC), um índice que afere a validade de conteúdo de um instrumento e o nível de concordância entre dois ou mais juízes (Hernández Nieto, 2002). Assim, para cada item do questionário, os juízes responderam a três quesitos, sobre clareza da linguagem, objetividade e simplicidade.

Aplicou-se a escala impressa a uma amostra de 381 indivíduos, presentes no momento, dentre uma população de aproximadamente 600 colaboradores da organização, sendo contabilizados 320 casos válidos. A aplicação se deu de forma anônima durante duas semanas em outubro de 2018. Foram excluídos os profissionais ligados aos serviços gerais, manutenção predial e segurança. Por fim, procedeu-se com avaliação da estrutura fatorial por meio de Análise Fatorial Exploratória (AFE) e a Análise Fatorial Confirmatória (AFC).



4 Tradução, Adaptação e Validação Semântica da Escala Original

Nesta fase foram realizadas duas traduções distintas do idioma Inglês para o Português, sendo consolidadas em uma versão que foi avaliada pelos pesquisadores quanto à sua adequação cultural e contextual, uma vez que a adaptação do instrumento não se ateve apenas à tradução de seus itens (Borsa & Seize, 2018). No intuito de promover a adequação cultural e contextual do instrumento, a primeira versão da escala traduzida foi apresentada e discutida com equipes de duas organizações públicas distintas. Além da tradução, foram realizadas pequenas adaptações idiomáticas e de contexto no questionário original.

A validação da escala por juízes e especialistas ocorreu em duas rodadas. Na primeira rodada os sete juízes doutores apresentaram propostas de melhoria em quase todos os 40 itens da escala original. Nesta etapa, 17 itens obtiveram CVC inferior a 0,8 e a escala alcançou CVC médio de 0,7. Os parâmetros de referência indicam que valores de CVC abaixo de 0,8 são considerados “inaceitáveis”, valores entre 0,8 e 0,9 são “satisfatórios”, enquanto índices a partir de 0,9 são “excelentes” (Hernández Nieto, 2002). A primeira etapa de validação demonstrou a necessidade de reformulação dos itens, traduzidos literalmente e apresentados em forma muito próxima à original. Após ajustes, a escala adaptada (42 itens) foi submetida a cinco juízes, obtendo um CVC médio de 0,9, onde três itens obtiveram CVC igual a 0,7. Optou-se por manter estes itens na escala e observar o seu comportamento nas fases de análise estatística do instrumento. Assim, procedeu-se à aplicação da escala de 42 itens à amostra de 381 participantes.

5 Análise Fatorial Exploratória

A fim de definir as variáveis latentes (fatores) que representam o conjunto das variáveis observadas na escala adaptada, foi utilizado o método da análise paralela (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011). Este tipo de análise compara a quantidade de variância explicada pelos fatores latentes na amostra de dados reais com a quantidade explicada em amostras geradas aleatoriamente. Assim, deve-se reter somente o número de fatores cujo poder explicativo nos dados reais é maior que nos dados aleatórios. A análise paralela indicou a retenção de três fatores para representar os 42 itens da escala. Os itens com conteúdo semântico negativo (item 10 e itens 38 a 42) foram invertidos previamente à análise estatística.

Para fins de análise exploratória, foram considerados três fatores apresentados na Tabela 2. Com o intuito de extrair as cargas fatoriais de cada item nos três fatores retidos, foram utilizadas correlações policóricas e o estimador *Diagonally Weighted Least Square* (DWLS) (Li, 2016). Para efeitos de avaliação dos fatores, foram consideradas como aceitáveis as cargas fatoriais acima de 0,3 (Brown, 2014). Todas as cargas fatoriais acima de 0,3 estão marcadas em negrito na Tabela 2. Ao se observar as cargas fatoriais extraídas, percebe-se que os itens 1 e 2 não carregaram em nenhum dos 3 fatores visto que apresentaram cargas fatoriais menores que 0,2, o que mostra que estes itens podem estar medindo algo diferente dos outros itens da escala (Brown, 2014; Loehlin, 2004). Desta forma, os itens 1 e 2 foram excluídos da estrutura e não foram levados para as próximas etapas de análise.



Tabela 2
Cargas fatoriais após AFE

Itens	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Itens (cont.)	Fator 1	Fator 2	Fator 3
01	-0,019	0,195	-0,119	22	0,020	0,769	0,089
02	0,119	-0,009	-0,105	23	-0,051	0,801	0,079
03	0,869	-0,098	0,021	24	-0,148	1,256	-0,281
04	0,971	-0,129	-0,231	25	-0,173	1,278	-0,261
05	0,991	-0,246	-0,123	26	-0,051	0,797	0,085
06	0,748	-0,075	-0,089	27	0,043	0,818	0,000
07	0,974	-0,174	0,040	28	0,016	0,768	0,047
08	1,048	-0,167	0,004	29	-0,136	0,969	0,084
09	0,948	-0,095	0,037	30	-0,240	1,041	0,055
10	0,209	-0,040	0,437	31	-0,153	1,004	0,094
11	0,709	0,105	0,055	32	0,040	0,787	0,055
12	0,467	0,284	0,126	33	0,157	0,627	-0,104
13	0,623	0,127	0,114	34	-0,081	0,566	-0,133
14	0,599	0,194	0,080	35	0,086	0,579	0,152
15	0,276	0,491	0,076	36	0,147	0,491	0,181
16	0,729	0,147	-0,092	37	0,095	0,530	0,188
17	0,445	0,326	0,117	38	-0,075	-0,207	0,965
18	0,447	0,310	0,162	39	-0,198	-0,076	1,080
19	0,173	0,618	-0,003	40	0,114	-0,395	0,829
20	0,238	0,622	-0,039	41	-0,041	0,059	0,686
21	-0,029	0,857	0,017	42	-0,235	0,235	0,683

O objetivo da análise exploratória foi a identificação do número de fatores e quais os itens mais associados a eles, e neste sentido, a AFE permite que todos os itens tenham cargas fatoriais em todos os fatores latentes. Portanto, devido a estas características de análise, observou-se a ocorrência de multicolinearidade entre alguns itens, além disso, foram percebidos seis casos de Heywood (Dillon, 1987), ou seja, onde as cargas fatoriais são maiores que 1. Apesar de poderem ser evidências de instabilidade da solução fatorial, estas observações não comprometem o objetivo principal da pesquisa que reside nas análises confirmatórias realizadas na segunda etapa desta fase. Por fim, durante a AFC, onde cada item só pode ter cargas fatoriais em um fator, não foram observados casos de Heywood, o que demonstra que as cargas de outros itens no mesmo fator ou os itens eliminados na etapa da AFE eram a fonte do problema na variância. Ou seja, a mudança nos parâmetros do modelo durante a AFC solucionou os casos de Heywood (Dillon, 1987).

Os itens 17, 18 e 40 apresentaram cargas fatoriais aceitáveis em dois fatores, indicando falta de precisão na mensuração de um construto específico, sendo excluídos das etapas seguintes de testagem da estrutura. Portanto, considerando a exclusão dos itens 1, 2, 17, 18 e 40 da estrutura avaliada, como resultado da AFE obteve-se uma estrutura de 37 itens dispostos em três fatores que foi testada na fase seguinte, de caráter confirmatório.

6 Análise Fatorial Confirmatória

O propósito da AFC foi testar precisamente as estruturas fatoriais propostas tanto pela AFE quanto pela escala adaptada proposta neste trabalho. Uma vez que, em modelos fatoriais, *outliers* são entendidos como casos onde o valor observado nos dados é distante daqueles previstos pelo modelo, durante a AFC foi utilizado o estimador WLSMV (*Weighted Least Square Mean and Variance Adjusted*), que não pressupõe uma distribuição normal dos itens e, através do ajuste pela média e variância, é robusto ao efeito de casos diferentes do modelo previsto (Brown, 2014). Neste sentido, considerando que os índices de ajuste observados



durante esta fase de análise se mostraram aceitáveis, constatou-se que os possíveis efeitos dos *outliers* neste conjunto de dados foi reduzido e não representou obstáculo ao desenvolvimento da pesquisa.

Diferentemente da AFE, a AFC permite que os itens possuam cargas fatoriais somente nos fatores para os quais eles foram designados. A qualidade dos modelos confirmatórios foi avaliada por meio de três índices de ajuste aos dados: qui-quadrado (χ^2); Root Mean Squared Error Adjusted (RMSEA); Confirmatory Fit Index (CFI) e Tucker-Lewis Index (TLI) (Brown, 2014). Uma vez que foram comparadas as estruturas encontradas na AFE e a escala adaptada, ressalta-se que bons índices de ajuste não indicaram que a estrutura testada era a única solução possível, pois os índices de ajustes indicam somente que a estrutura latente de um modelo é plausível, de acordo com os dados observados (Brown, 2014; Loehlin, 2004). Neste sentido, estruturas latentes diferentes podem ter índices de ajustes igualmente bons e podem ser igualmente prováveis de resumir os fenômenos reais pela AFE e para a escala adaptada.

A primeira AFC testou a estrutura de três fatores proposta pela AFE (**Modelo E1**, de 37 itens). Conforme os primeiros resultados da AFC, todas as cargas fatoriais obtidas foram altas, sendo as mais baixas 0,537 no item 06 do Fator 1, 0,458 no item 34 do Fator 2 e 0,592 no item 39 do Fator 3. No entanto, conforme a Tabela 3, o TLI deste primeiro modelo esteve abaixo do esperado (TLI = 0,899), enquanto o seu qui-quadrado foi estatisticamente significativo (χ^2 (626) = 1112,923, $p < 0,05$), portanto, o **Modelo E1** não foi considerado aceitável.

Tabela 3

Índices de ajuste dos modelos avaliados na AFC

	χ^2	gl	RMSEA (90% IC)	CFI	TLI
Modelo E1	1112,923**	626	0,049 (0,045, 0,054)	0,905	0,899
Modelo E2	1046,454**	591	0,049 (0,044, 0,054)	0,907	0,901
Modelo C1	1062,184**	783	0,033 (0,028, 0,038)	0,951	0,946
Modelo C2	960,627**	674	0,037 (0,031, 0,042)	0,947	0,941

Analisando os índices de modificação no **Modelo E1** notou-se uma correlação residual entre os itens 24 e 25. Estes itens eram originalmente um só na versão em original da escala, mas aquele item foi separado na fase de adaptação da escala por conter mais de um conteúdo semântico. Foram realizados novos testes eliminando-se o item 24, o que gerou o **Modelo E2** de 36 itens que se organizam em dois grandes fatores, além de um fator menor que contém os itens com carga semântica negativa (mesmo após a inversão dos itens). Novamente, todas as cargas fatoriais obtidas foram altas, sendo as mais baixas 0,537 no item 6 do Fator 1, 0,457 no item 34 do Fator 2 e 0,553 no item 10 do Fator 3. Todos os índices de ajustes do **Modelo E2**, com exceção do qui-quadrado, foram aceitáveis (Tabela 3).

Paralelamente à estrutura de três fatores obtida a partir da AFE, testou-se a estrutura da escala de transparência organizacional adaptada e aplicada nesta pesquisa (**Modelo C1** de 42 itens). Desta forma, as cargas fatoriais observadas na estrutura adaptada e aplicada foram altas para todos os fatores, exceto para o fator **Confiança**, conforme a Tabela 5. Este fator possui somente três itens, ou seja, a quantidade mínima para a formação de um fator latente, sendo que dois destes itens tiveram cargas fatoriais muito baixas. Portanto, embora os índices de ajustes tenham sido aceitáveis, esta estrutura não pode ser aceita devido à fragilidade do fator de **Confiança**.

Em busca de um modelo mais robusto, testou-se a estrutura novamente, desta vez excluindo-se o fator **Confiança**, o que gerou o **Modelo C2** de 39 itens. De acordo com os resultados, as cargas fatoriais para todos os fatores foram altas e os índices de ajustes foram



bons, com exceção do qui-quadrado que foi estatisticamente significativo, conforme observado na Tabela 3 e na Tabela 4.

Tabela 4

Cargas fatoriais dos fatores nos modelos avaliados na AFC

Fator	Escala original	Modelo C1	Modelo C2
	40 itens	1ª Rodada da AFC 42 itens	2ª Rodada da AFC 39 itens
Confiança geral	0.79 (3 itens)	0.33 (3 itens)	
Competência	0.87 (3 itens)	0.83 (3 itens)	0.83 (3 itens)
Integridade	0.92 (4 itens)	0.85 (4 itens)	0.85 (4 itens)
Benevolência	0.92 (3 itens)	0.88 (3 itens)	0.88 (3 itens)
Transparência geral	0.91 (4 itens)	0.91 (5 itens)	0.91 (5 itens)
Participação	0.92 (6 itens)	0.93 (7 itens)	0.93 (7 itens)
Informação substancial	0.93 (7 itens)	0.95 (7 itens)	0.95 (7 itens)
Responsabilização	0.87 (5 itens)	0.87 (5 itens)	0.87 (5 itens)
Segredo	0.79 (5 itens)	0.86 (5 itens)	0.86 (5 itens)

Fonte: Rawlins (2008b, p. 11).

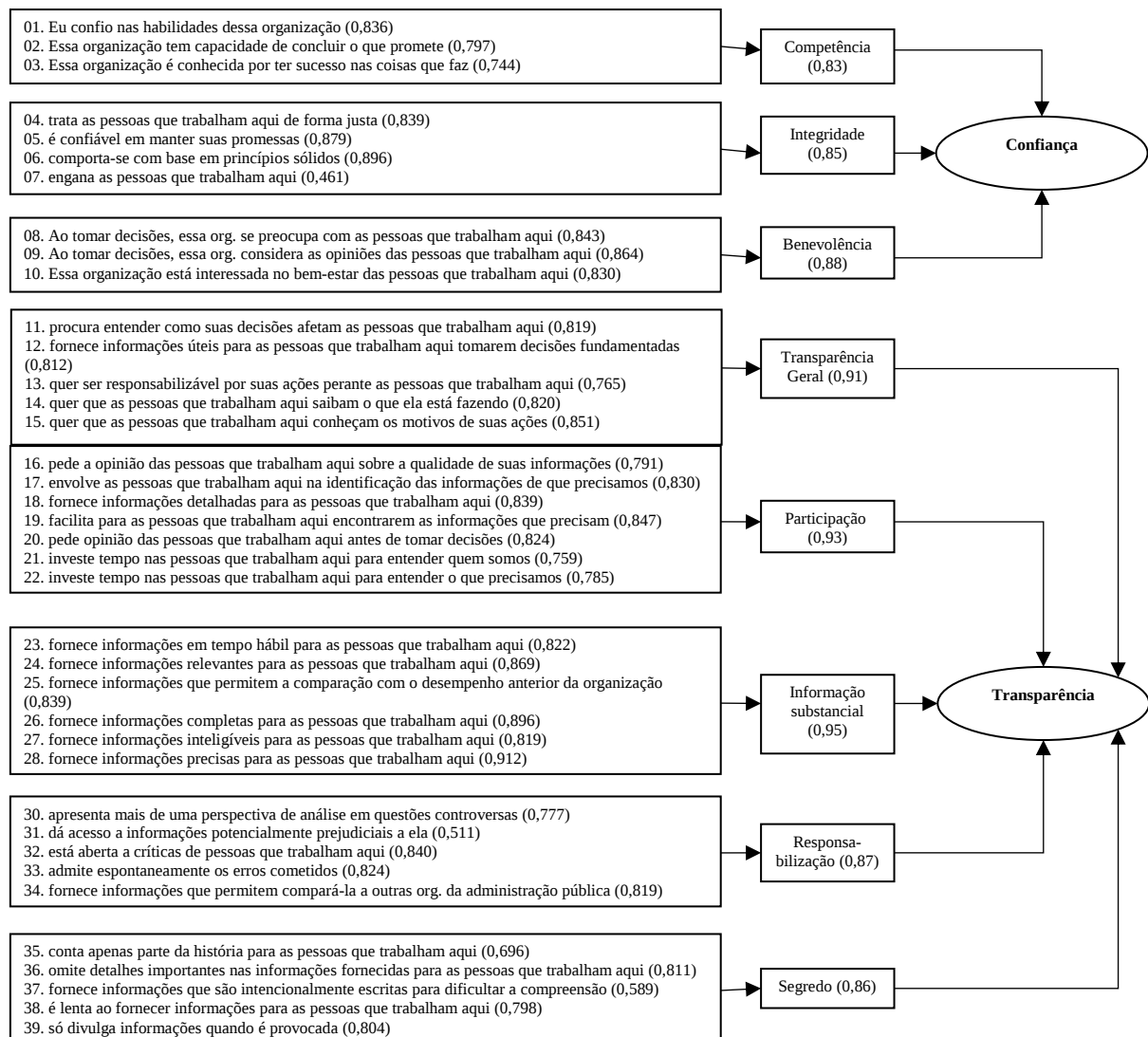


Figura 2. Estrutura fatorial para a percepção da transparência



A análise das correlações entre os fatores considerados no **Modelo C2** demonstra que todas as relações são estatisticamente significativas, embora destaque-se a correlação mais forte entre os fatores **Transparência** e **Benevolência** (0,906). Por outro lado, os fatores de **Competência** e **Segredo** apresentam a relação mais fraca entre os fatores (0,371). Ao ser comparada a matriz de correlações obtida nesta pesquisa com os resultados da escala original, é possível perceber que duas das correlações mais fortes ($>0,85$) coincidem (**Integridade** e **Benevolência**; **Transparência** e **Benevolência**). Além disso, a correlação mais fraca que se observa nas duas pesquisas está entre os fatores **Competência** e **Segredo**. Por fim, comparando-se os resultados obtidos nesta pesquisa e aqueles apresentados na escala original, não foram observadas grandes discrepâncias entre os valores apresentados nas matrizes de correlação dos fatores da escala de transparência.

O **Modelo C2**, relativo aos resultados da AFC sobre a escala adaptada e aplicada neste trabalho, se apresentou como o mais adequado aos objetivos desta pesquisa, pois, dentre os modelos avaliados na análise fatorial, é o que mais se aproxima do modelo original, ou seja, apresenta estrutura de fatores e quantidade de itens similar e conta com cargas fatoriais adequadas a este estudo, sendo o mais pertinente para a adaptação transcultural. Após a fase de validação estatística, a escala aplicada (42 itens) teve três itens excluídos, dando origem à escala validada nesta pesquisa. Portanto, na **Figura 2** é apresentado o modelo validado por esta pesquisa e que será considerado em todas as análises a partir deste ponto. A escala validada teve os seus 39 itens renumerados.

7 Conclusões

Após AFC sobre a escala adaptada e aplicada nesta pesquisa, o fator **Confiança**, que, na escala original continha três itens e apresentava índices consistentes, não sustentou cargas fatoriais aceitáveis, sendo excluído da escala adaptada. Este fato corrobora os apontamentos dos grupos de trabalho durante a fase de adaptação semântica do instrumento, além de corroborar os resultados da fase exploratória, em que dois itens deste fator não obtiveram cargas fatoriais significativas.

Portanto, como fruto da adaptação semântica, aplicação do instrumento e realização de análises fatoriais exploratórias e confirmatórias, apresentou-se escala de percepção da transparência de organizações públicas validada ao contexto da administração pública brasileira contendo 39 itens distribuídos em oito fatores: competência; integridade; benevolência; transparência; participação; informação substancial; responsabilização e segredo, sendo este último um fator inverso. Os índices fatoriais foram satisfatórios para todos os itens e as correlações entre os fatores se mostraram similares aos valores obtidos na escala original, o que demonstra robustez no modelo teórico.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o fato de ter sido aplicado a uma única organização, assim, espera-se que este trabalho motive a realização de pesquisas em uma amostra mais robusta de organizações públicas de relevância nacional.

Entende-se que esta pesquisa possa contribuir com o desenvolvimento do conceito da transparência das organizações públicas por meio de um instrumento de mensuração deste construto por uma perspectiva ainda não aplicada a organizações nacionais. Portanto, indica-se, assim, que novos estudos sejam realizados no intuito de reformular o fator **Confiança** da escala a fim de obter índices fatoriais comparáveis àqueles apresentados na pesquisa original. Além disso, espera-se que sejam realizados novos estudos de aplicação da escala incorporando outros grupos de *stakeholders* organizacionais. Também poderão contribuir com esta pesquisa os estudos que exploram a variância entre diversos outros grupos participantes de uma mesma coleta. Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras considerem as variáveis



de nível educacional, gênero, conhecimento prévio sobre as informações mantidas pela organização, além da predisposição em confiar na organização e no governo.

Referências

- Albu, O. B., & Flyverbom, M. (2016). Organizational Transparency: Conceptualizations, Conditions, and Consequences. *Business & Society*, 1, 1–30. <https://doi.org/10.1177/0007650316659851>
- Birchall, C. (2011). Introduction to ‘Secrecy and Transparency’. *Theory, Culture & Society*, 28(7–8), 7–25. <https://doi.org/10.1177/0263276411427744>
- Borsa, J., & Seize, M. (2018). Construção e Adaptação de Instrumentos Psicológicos: Dois Caminhos Possíveis. In *Manual de Desenvolvimento de Instrumentos Psicológicos* (p. 15–38).
- Brown, T. A. (2014). *Confirmatory factor analysis for applied research*. New York: Guilford Publications.
- Christensen, L. T., & Cornelissen, J. (2015). Organizational transparency as myth and metaphor. *European Journal of Social Theory*, 18(2), 132–149. <https://doi.org/10.1177/1368431014555256>
- Cucciniello, M., Bellè, N., Nasi, G., & Valotti, G. (2014). Assessing Public Preferences and the Level of Transparency in Government Using an Exploratory Approach. *Social Science Computer Review*, 33(5), 571–586. <https://doi.org/10.1177/0894439314560849>
- Cucciniello, M., Porumbescu, G. A., & Grimmelikhuijsen, S. (2017). 25 Years of Transparency Research: Evidence and Future Directions. *Public Administration Review*, 77(1), 32–44. <https://doi.org/10.1111/puar.12685>
- Dillon, W. R. (1987). Offending Estimates in Covariance Structure Analysis: Comments on the Causes of and Solutions to Heywood Cases. *Psychological Bulletin*, 101(1), 126–135.
- Douglas, S., & Meijer, A. J. (2016). Transparency and Public Value—Analyzing the Transparency Practices and Value Creation of Public Utilities. *International Journal of Public Administration*, 39(12), 940–951. <https://doi.org/10.1080/01900692.2015.1064133>
- Etzioni, A. (2010). Is Transparency the Best Disinfectant? *Journal of Political Philosophy*, 18(4), 389–404. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9760.2010.00366.x>
- Florini, A. M. (1998). The End of Secrecy. *Foreign Policy*, 111, 50–63. <https://doi.org/10.2307/1149378>
- Grimmelikhuijsen, S. (2009). Do transparent government agencies strengthen trust? *Information Polity*, 14(3), 173–186. <https://doi.org/10.3233/IP-2009-0175>
- Grimmelikhuijsen, S. (2010). Transparency of Public Decision-Making: Towards Trust in Local Government? *Policy & Internet*, 2(1), 4–34. <https://doi.org/10.2202/1944-2866.1024>
- Hansen, H. K., Christensen, L. T., & Flyverbom, M. (2015). Introduction: Logics of transparency in late modernity. *European Journal of Social Theory*, 18(2), 117–131. <https://doi.org/10.1177/1368431014555254>
- Heald, D. (2006). Varieties of Transparency. In *Transparency: The Key to Better Governance?* (p. 24–43). British Academy. <https://doi.org/10.5871/bacad/9780197263839.003.0002>
- Hernández Nieto, H. (2002). Contributions to statistical analysis. Mérida: Universidad de Los Andes, 193.
- Holtyer, J. R., Rosendorff, B. P., & Vreeland, J. R. (2014). Measuring transparency. *Political Analysis*, 22(4), 413–434. <https://doi.org/10.1093/pan/mpu001>



- Jahansoozi, J. (2006). Organization-stakeholder relationships: exploring trust and transparency. *Journal of Management Development*, 25(10), 942–955.
- Kang, J., & Hustvedt, G. (2014). Building Trust Between Consumers and Corporations: The Role of Consumer Perceptions of Transparency and Social Responsibility. *Journal of Business Ethics*, 125(2), 253–265. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1916-7>
- Li, C.-H. (2016). Confirmatory factor analysis with ordinal data: Comparing robust maximum likelihood and diagonally weighted least squares. *Behavior Research Methods*, 48(3), 936–949. <https://doi.org/10.3758/s13428-015-0619-7>
- Licht, J. de F. (2014). Transparency Actually: How Transparency Affects Public Perceptions of Political Decision-making. *European Political Science Review*, 6(2), 309–330. <https://doi.org/10.1017/S1755773913000131>
- Licht, J. de F., Naurin, D., Esaiasson, P., & Gilljam, M. (2014). When Does Transparency Generate Legitimacy? Experimenting on a Context-Bound Relationship. *Governance*, 27(1), 111–134. <https://doi.org/10.1111/gove.12021>
- Loehlin, J. C. (2004). *Latent variable models: An introduction to factor, path, and structural equation analysis*. Psychology Press.
- Marino, P. de B. L. P., Sucupira, G. I. C. S., Siqueira, W. R. de, & Bermejo, and P. H. de S. (2017). Public transparency in the brazilian context: An integrative review. *Lecture Notes in Business Information Processing*, 299(1), 261–274. https://doi.org/10.1007/978-3-319-65930-5_22
- Meijer, A. J. (2009). Understanding modern transparency. *International Review of Administrative Sciences*, 75(2), 255–269. <https://doi.org/10.1177/0020852309104175>
- Michener, G., & Bersch, K. (2013). Identifying transparency. *Information Polity*, 18(3), 233–242. <https://doi.org/10.3233/IP-130299>
- Norman, S. M., Avolio, B. J., & Luthans, F. (2010). The impact of positivity and transparency on trust in leaders and their perceived effectiveness. *Leadership Quarterly*, 21(3), 350–364. <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2010.03.002>
- Park, H., & Blenkinsopp, J. (2011). The roles of transparency and trust in the relationship between corruption and citizen satisfaction. *International Review of Administrative Sciences*, 77(2), 254–274. <https://doi.org/10.1177/0020852311399230>
- Pasquali, L. (1999). Testes referentes ao construto: teoria e modelo da construção. In *Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração*.
- Piotrowski, S. J. (2014). Transparency: A Regime Value Linked With Ethics. *Administration and Society*, 46(2), 181–189. <https://doi.org/10.1177/0095399713519098>
- Rawlins, B. (2008). Measuring the relationship between organizational transparency and trust. *Public relations Journal*, 2(2), 1–21.
- Relly, J. E., & Sabharwal, M. (2009). Perceptions of transparency of government policymaking: A cross-national study. *Government Information Quarterly*, 26(1), 148–157. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2008.04.002>
- Schnackenberg, A. K., & Tomlinson, E. C. (2016). Organizational Transparency: A New Perspective on Managing Trust in Organization-Stakeholder Relationships. *Journal of Management*, 42(7), 1784–1810. <https://doi.org/10.1177/0149206314525202>
- Song, C., & Lee, J. (2016). Citizens' Use of Social Media in Government, Perceived Transparency, and Trust in Government. *Public Performance & Management Review*, 39(2), 430–453. <https://doi.org/10.1080/15309576.2015.1108798>
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality assessment of ordered polytomous items with parallel analysis. *Psychological Methods*, 16(2), 209–220.
- Williams, A. (2015). A global index of information transparency and accountability. *Journal of Comparative Economics*, 43(3), 804–824. <https://doi.org/10.1016/j.jce.2014.10.004>